

ACADÊMICOS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DO AMAZONAS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA ETNOLINGUÍSTICA

Larissa Menezes de Freitas¹
Silvana Andrade Martins²

Resumo: Este estudo objetiva realizar um levantamento, no meio acadêmico, da situação de línguas étnicas entre estudantes indígenas de universidades do estado do Amazonas. A relação entre língua e cultura e os seus impactos quanto à vida e vivência dos discentes presentes nesta investigação também é pautada. Norteia-se a partir dos trabalhos de Barreto (2010), John Lyons (1987), Lima e Martins (2018), e Yaguarê Yamã, Elias Yaguakãg, Egídia Reis e Mário José (2021). O estudo dialoga com uma pesquisa quali-quantitativa, realizada através da plataforma Google Forms (formulários do Google), com alunos indígenas de nível superior entre 17 e 40 anos ou mais, abarcando 21 participantes de 11 povos, dentre os quais: Baré, Kambeba, Maraguá, Matsés, Mayoruna, Munduruku, Parintintin, Piratapuya, Sateré-Mawé, Tikuna e Tuyuca.

Palavras-chave: Acadêmicos indígenas; Amazonas; Etnolinguística; Práticas linguísticas.

Indigenous Academics at Amazonas State Universities: A Study From an Ethnolinguistic Perspective

Abstract: This study aims to survey the current status of ethnic languages among indigenous university students in the state of Amazonas in the academic environment. It explores the relationship between language and culture and examines their impacts on the lives and experiences of the students under investigation. The study draws on the works of Barreto (2010), John Lyons (1987), Lima and Martins (2018), and Yaguarê Yamã, Elias Yaguakãg, Egídia Reis and Mário José (2021). Methodologically, it engages in a qualitative-quantitative research approach using the Google Forms platform to survey indigenous undergraduate students aged 17 to 40 and above. The study encompasses 21 participants from 11 distinct indigenous groups: Baré, Kambeba, Maraguá, Matsés, Mayoruna, Munduruku, Parintintin, Piratapuya, Sateré-Mawé, Tikuna, and Tuyuca.

Keywords: indigenous academics; Amazonas; ethnolinguistics; linguistic practices

¹ Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7315-0793>; E-mail: mdf.let20@uea.edu.br

² Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7350-0864>; E-mail: smartins@uea.edu.br

INTRODUÇÃO

A língua tem por função atuar como um instrumento comunicativo entre indivíduos de uma sociedade. Sua origem é consequência de uma cultura e dela depende para se expressar, uma vez que a cultura pode ser enquadrada como um “conhecimento adquirido socialmente, isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade” (Lyons, p. 274). Dessa forma, partindo do pressuposto de que cada sociedade tem a sua própria cultura, dividindo-se em subgrupos distintos dentro desse meio social, há também o possível uso de diferentes línguas para a comunicação.

Em 2023, o estado do Amazonas passou a contar, como línguas oficiais, além do português, com as línguas Apurinã, Baniwa, Dessana, Kanamari, Marubo, Matis, Matsés, Mawé, Mura, Nheengatu, Tariana, Tikuna, Tukano, Waimiri, Waiwai e Yanomami. Entretanto, apesar do reconhecimento (em vias de legislação) das línguas indígenas mencionadas, é importante ressaltar que as suas trajetórias em solo amazonense não têm início no século XXI.

Durante o processo de colonização, incontáveis povos indígenas foram dizimados e, consigo, suas línguas desapareceram. Submetidos à violência, ao processo de escravização e ao afastamento de suas estruturas socioculturais, aos indígenas a invasão portuguesa em solo brasileiro concretizou-se como um evento catastrófico, suscitando em uma luta para a continuidade de suas existências que perdura até os dias atuais.

Das diferentes manifestações culturais utilizadas pelos povos originários para a conservação de suas culturas, em um mundo ainda assentado sob o olhar colonial, faz-se através da língua (por vezes, convertida no uso da escrita, mesmo que a sua manifestação poética, em palavras grafadas, seja algo relativamente recente) uma espécie de resguardo. Em *Antes o mundo não existia*, de Umúsin Panlôn Kumu e Tolamân Kenhíri (2021), Berta Ribeiro relata sobre Umúsin (ou Firmiano) e sua relação com a língua portuguesa (língua oficial do Brasil) e sua língua materna (Desana):

Umúsin ou Firmiano, filho de tuxáua, kumu e tuxáua ele próprio, até recentemente, não quis aprender o português. Mais ainda, fez questão de que seus filhos falassem o Desâna, a língua paterna, mas só Luiz, coautor deste trabalho, a

domina por inteiro. A recusa em aprender o nosso idioma e a teimosia com que conserva a memória, se empenha na prática dos costumes originários, testemunham o vigor de sua identificação étnica. Dessa forma, comprova que décadas de doutrinação e de dominação católica não foram suficientes para erradicar o *ethos* tribal de um pequeno grupo indígena, malgrado a pressão aculturativa sobre ele (p. 10).

Outro exemplo refere-se à presença dos povos indígenas no âmbito acadêmico. A promulgação da Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, ocasionou um aumento significativo de estudantes indígenas dentro das universidades, consoante às pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): em 2011, a quantidade de alunos indígenas nas universidades do Brasil era de 9.764, saltando para 46.252 em 2021. No Amazonas, esses números também se refletem de maneira positiva: é o segundo estado do Brasil com mais indígenas matriculados, correspondendo a 8,29% do total de indígenas efetivados no ensino superior do país.³ A exemplo, na UEA (Universidade do Estado do Amazonas), dos 25.194 alunos matriculados, 1.226 estudantes são indígenas, equivalente a 4,8% do total na instituição.⁴

Apesar disso, o arcabouço cultural dos povos originários ainda se choca com a realidade da esfera educacional, cujo espaço, por vezes, não é receptivo à pluralidade desses povos, forçando-os ao apagamento de suas raízes étnicas, para que se adaptem forçosamente ao meio, e, em casos mais extremos, suscitando na não permanência desses alunos na universidade, seja pela barreira entre a língua materna e a língua portuguesa, o modo distinto de viver, racismo etc.

³ G1 AM. AM ocupa 2º lugar com mais indígenas matriculados no ensino superior do país. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/06/14/am-ocupa-2o-lugar-com-mais-indigenas-matriculados-no-ensino-superior-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 18 nov. 2023

⁴ Dados disponibilizados pela instituição em reportagem realizada pelo programa **Bom Dia Amazonas**, em 14 de junho de 2023. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11698745/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Desta forma, este estudo objetiva, através de pesquisa quali-quantitativa, realizar um levantamento da situação das línguas étnicas entre acadêmicos indígenas, centrando-se nas universidades do Amazonas, abordar a relação entre língua e cultura (estas, indissociáveis), com especial destaque sobre as línguas indígenas no Amazonas, além de elencar fatores relacionados aos indígenas e a universidade (a sua presença nesse meio). O procedimento adotado para a pesquisa apoia-se no uso de questionário, para fins de coleta de dados, constituído por perguntas fechadas e abertas. O anonimato dos entrevistados foi resguardado a partir do aceite devidamente assinalado no formulário preenchido pelos participantes.

A CORRELAÇÃO LÍNGUA E CULTURA NA ETNOLINGUÍSTICA

Presente nas mais diversas formas de expressão humana, a linguagem é caracterizada como instrumento de comunicação entre membros de uma sociedade. Dos seus mais variados meios de manifestação, tem-se a língua, que, por sua vez, depende de uma cultura (dela necessita para se expressar). Além disso, a língua é um claro resultado da cultura, cultura esta da qual a sociedade depende (ambas são interdependentes), ressaltando que cada sociedade vem a ter sua própria cultura, bem como seus subgrupos, evidenciando tais diferenças a partir da variedade de uma língua utilizada em uma sociedade.

No século XX, com o objetivo de estudar a linguagem, “abstraído os elementos exteriores ao sistema linguístico, preocupando-se em separar os estudos da linguagem, enquanto instituição, dos estudos da Linguística” (Barreto, 2010), outras ciências tomaram forma, dentre elas, a Etnolinguística, incumbida de estudar a linguagem e a cultura, que, como mencionado, estão entrelaçadas “As relações entre língua, sociedade e cultura são tão íntimas que, muitas vezes, torna-se difícil separar uma da outra ou dizer onde começa uma e termina a outra”(Aragão, 2020).

Relativamente nova, os estudos que permeiam a Etnolinguística ainda são alvos de discussões, principalmente por estar situada nos campos tanto da Linguística quanto da Antropologia. A partir da relação língua x sociedade x cultura, volta-se à compreensão de língua e visão de mundo, isto é, de que modo um determinado grupo percebe determinadas situações por meio de suas experiências, além de verificar “a influência da cultura no léxico e na gramática

de uma língua, de acordo com as atividades, sua estrutura social e o ambiente geográfico” (Barreto, 2010).

Evanice Barreto, em *Etnolinguística: pressupostos e tarefas* (2010), disserta sobre língua e cultura, apoiada em pesquisas sobre a linguagem enquanto fenômeno social. Neste cenário, as pesquisas de Malinowski constataram que “a língua está arraigada na realidade cultural, nos costumes de um povo, não podendo, portanto, ser explicada sem referência constante a estes”. Lévis-Strauss, por sua vez, pontuou que “a cultura decorre da linguagem”. Entretanto, os estudos de Sapir-Whorf se destacaram nesse meio ao considerarem “a linguagem um poderoso símbolo de solidariedade em que, de forma inconsciente, sobre os hábitos da linguagem de um grupo, é construída a realidade”.

Dessa forma, estudar e analisar uma língua a partir de fatos linguísticos e fatores extralinguísticos permite que o entendimento de um determinado grupo social seja mais efetivo, uma vez que os elementos culturais presentes nos indivíduos do local analisado estão arraigados em seu dia a dia, tornando mais palpável a compreensão da realidade social a ser investigada:

No que tange ao léxico de uma língua, por exemplo, os estudos demonstram que este pode situar preferências culturais de uma dada comunidade, refletindo mais as coisas que estão diretamente ligadas à sua vida diária. Conforme a atividade dessa comunidade, seus membros terão especificidade lexical mais desenvolvida nessa área, predominando as referências aos objetos, materiais, ações, conceitos relacionados a esta atividade. Assim, percebe-se a importância da cultura nos estudos linguísticos (Barreto, 2010).

No tocante às mais variadas noções que percorrem o imaginário acerca da figura indígena, assentada sob a imagem culturalmente cultivada ao longo dos anos e veementemente sustentada por estereótipos do “índio” moldado pelo olhar colonizador, tem-se a ideia de uma língua única para todos os povos, geralmente associada ao Tupi. Entretanto, é necessário pontuar a variedade de línguas faladas pelos mais de 300 povos distribuídos pelo Brasil, que aqui serão parcialmente listadas a partir dos principais troncos e famílias linguísticos existentes no país. Antes, porém, é necessário distinguir tronco e família linguística.

Sendo um país que abarca uma variedade de línguas, ainda que tenha como idioma oficial a língua portuguesa, o Brasil tem em seu seio os troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, classificados como uma gama, em maior escala, da Linguística, responsável por agrupar famílias de mesma origem, sendo dessa forma possível saber quais línguas são “aparentadas”.

As famílias linguísticas, por sua vez, não pertencem a um tronco linguístico em especial, como o Aruak e o Karib. Assim sendo, os respectivos troncos e algumas famílias mencionados foram elencados abaixo, cujas tabelas tiveram por base dados retirados do site Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental⁵:

- **Tronco Tupi**, com 10 famílias: Arikém, Aweti, Juruna, Mawé, Mondé, Munduruku, Puruborá, Ramarama, Tupari e Tupi-Guarani. Alguns exemplos dessas correlações:

Palavras	Aweti (família Aweti)	Munduruku (família Munduruku)	Karitiana (família Arikém)	Tupari (família Tupari)	Gavião (família Mondé)
mão	<i>po</i>	<i>by</i>	<i>py</i>	<i>po</i>	<i>pabe</i>
pé	<i>py</i>	<i>I</i>	<i>pi</i>	<i>tsito</i>	<i>pi</i>
caminho	<i>me</i>	<i>E</i>	<i>pa</i>	<i>ape</i>	<i>be</i>
mãe	<i>ty</i>	<i>xi</i>	<i>ti</i>	<i>tsi</i>	<i>ti</i>
árvore	<i>yp</i>	<i>ip</i>	<i>ep</i>	<i>kyp</i>	<i>ip</i>

- **Tronco Macro-Jê**, com nove famílias: Bororo, Guató, Jê, Karajá, Krenak, Maxakali, Ofayé, Rikbaktsá e Yatê. Apresentamos alguns exemplos de línguas da família Jê:

⁵ _____ . Línguas. **Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas/>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

Palavras	Canela	Apinayé	Kayapó	Xavante	Xerente	Kaingan g
Pé	<i>par</i>	<i>par</i>	<i>par</i>	<i>paara</i>	<i>pra</i>	<i>pen</i>
Perna	<i>tè</i>	<i>tè</i>	<i>te</i>	<i>te</i>	<i>zda</i>	<i>fa</i>
Olho	<i>tò</i>	<i>nò</i>	<i>nò</i>	<i>tò</i>	<i>tò</i>	<i>kane</i>
Chuva	<i>taa</i>	<i>na</i>	<i>na</i>	<i>tã</i>	<i>tã</i>	<i>ta</i>
Cabeça	<i>khrã</i>	<i>krã</i>	<i>krã</i>	<i>’rã</i>	<i>krã</i>	<i>kri</i>

- **Família Aruak**, distribuída em diversos povos, como os Baniwa, Tariana, Terena e Wapichana. Apresentam-se correlações entre línguas Aruak: Apurinã, Baré, Tariana, Warekena e Waurá.

Palavras	Warekena	Apurinã	Baré	Tariana	Waurá
língua	<i>inene</i>	<i>nene</i>	<i>nene</i>	<i>enene</i>	<i>nei</i>
água	<i>one</i>	<i>weni</i>	<i>uni</i>	<i>uni</i>	<i>une</i>
sol	<i>kamoi</i>	<i>atukatxi</i>	<i>kamuhu</i>	<i>kamoi</i>	<i>kamy</i>
mão	<i>kapi</i>	<i>piu</i>	<i>kabi</i>	<i>kapi</i>	<i>kapi</i>

- **Família Karib**, com línguas concentradas em povos como: Bakairi, Makuxi, Waimiri-Atroari, Waiwai, entre outras. Apresentam-se exemplos de correlações entre palavras de línguas dessa família:

Palavras	Galibi	Apalai	Wayana	Hixkaryana	Taulipan g
lua	<i>nuno</i>	<i>nuno</i>	<i>nunuy</i>	<i>nuno</i>	<i>kapyi</i>

sol	<i>wéitu</i>	<i>xixi</i>	<i>xixi</i>	<i>kanymy</i>	<i>wéi</i>
água	<i>tuna</i>	<i>tuna</i>	<i>tuna</i>	<i>tuna</i>	<i>tuna,</i> <i>paru</i>
chuva	<i>konopo</i>	<i>konopo</i>	<i>kopo</i>	<i>tuna</i>	<i>kono'</i>

Evidenciar o Brasil como um país multilíngue é seguir os passos de Franz Boas, antropólogo de origem judaica, difusor da crítica à ideia do uso da cultura como um sistema hierárquico. Ao estudar e conviver com o povo Inuit, no Canadá, Boas compreendeu que ainda que os costumes daqueles povos indígenas fossem diferentes das práticas e comportamentos europeus, tais fatores não poderiam instituir que eles eram inferiores, assim como suas características físicas, que não poderiam ser utilizadas como marcador de subalternidade ante ao branco europeu.

Portanto, para além da indissociação de língua e cultura, o fator raça igualmente vincula-se a esse laço, de tal modo que “qualquer teoria que pense na derivação dos fenômenos sociopsicológicos pelo componente físico-biológica não pode ter qualquer fundamento científico” (Pereira, 2011). É necessário compreender e destacar não somente a variedade linguística do Brasil, como também a racial, em que, pela primeira vez, a população parda se fez maior que a branca, numa margem de 150 anos de distância⁶. Assim, conforme Boas, ratifica-se que as noções, pensamentos e ideias que compõem a cultura não são e jamais devem ser hierarquizados, e que, em termos de estudos, a Etnolinguística arraiga-se em suas proposições teóricas e metodológicas para os estudos das línguas e culturas a partir de uma perspectiva heterogênea, abrangendo as diferentes variáveis que compõem uma cultura.

⁶ “O número de pessoas pardas no Brasil superou o de brancas pela primeira vez desde 1872, quando o censo foi criado. No ano passado, 92,1 milhões de pessoas se reconheciam pardas, enquanto 88,3 milhões, brancas”. MOURA, Bruno Freitas de. **Agência Brasil**. Censo 2022: população parda supera a branca pela 1ª vez. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2023-12/censo-2022-populacao-parda-supera-branca-pela-1a-vez>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL NO AMAZONAS

Durante os anos que pressupõem a invasão portuguesa em solo brasileiro, isto é, antes de 1500, estima-se que cerca de 1200 línguas eram faladas em terras brasílicas. Com a chegada dos jesuítas ao Brasil em 1549, sob liderança do Pe. Manuel da Nóbrega, originou-se a Língua Geral (ou Nheengatu), com raízes linguísticas assentadas no Tupi. Apropriando-se de uma marca cultural do “outro”, o Nheengatu se converte no elemento principal da ação colonizatória, em que os jesuítas suprimem as vivências dos diversos povos então existentes e, em seu lugar, delegam aos indígenas o estilo de vida branco.

Entretanto, sua proibição em território nacional ocorre em 1758 (com a expulsão dos jesuítas no ano seguinte), através do Marquês de Pombal, então secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, que, inclusive, impõe a Língua Portuguesa como língua oficial do país. Ainda assim, durante muito tempo, a então língua brasileira (agora, “língua de índio”), perdurou como a língua mais falada na Amazônia, apesar de, atualmente, estar enfraquecida.

O Nheengatu, assim como o tupi, diferentemente de outras línguas indígenas, chegou a ser mais falada que o próprio português em épocas passadas. As outras línguas indígenas sempre ficaram restritas aos lugares que seus falantes viviam ou vivem, mas o tupi dominou o Brasil colonial, e o Nheengatu, a Amazônia, até a sétima década do século XIX (Yamã *et al.*, 2021, p. 8).

Ainda que enfraquecida, povos do rio Negro, baixo Amazonas e rio Tapajós lutam pela manutenção da Língua Geral, pois se antes se valeu do seu uso como instrumento de dizimação desses povos, hoje, assenta-se como mecanismo identitário desses que permanecem. A exemplo, tem-se o povo Baré, oriundo do Alto rio Negro, que teve sua língua originária extinta (também denominada Baré) e, em seu lugar, vingou o Nheengatu, agora não mais como “língua de branco”, mas como instrumento político de afirmação étnica.

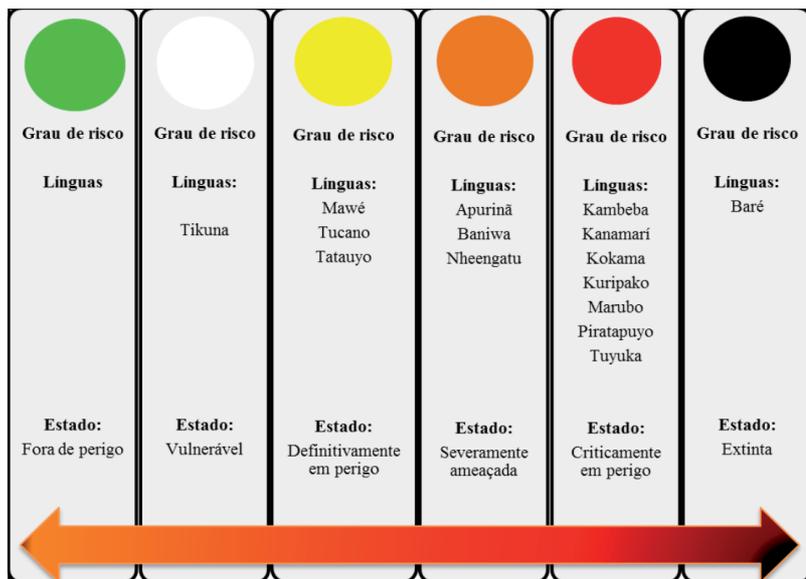
Já desde o seu nascimento, a partir da antiga língua dos tupinambás do Maranhão, o Nheengatu enraizou-se no vale do Baixo Amazonas e tornou-se o ícone de uma identidade pátria que não é portuguesa, nem brasílica, mas amazônida. [...] Com um lugar privilegiado na história da Amazônia, ela

não se tornou somente a “língua franca”, mas criou, em conjunto com a etnicidade nortista, uma identidade própria (Yamã *et al.*, 2021, p. 8).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), calcula-se que mais de 250 línguas estejam em vigor no Brasil, dentre as quais: português, de sinais, crioulas, de migração etc. Quanto às línguas indígenas, contabiliza-se que 180 sejam faladas em território nacional, sendo que, no Amazonas, aproximadamente 53 delas estão em atividade, de acordo com dados coletados no Censo 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O estado do Amazonas comporta, ainda, o único município quadrilíngue do país: São Gabriel da Cachoeira, que desde 2002 tem como idiomas oficiais, além do português, as línguas Nheengatu, Baniwa e Tukano. É válido destacar que, além de sua pluralidade linguística, sobressai-se no quesito étnico, uma vez que é composto por “23 povos indígenas pertencentes a cinco famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Yanomami, Japurá-Uaupés (Maku) e Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do baixo rio Içana), falantes entre 20 a 23 línguas indígenas” (Gomes, 2013).

A capital também abarca um cenário multicultural e multilinguístico, acentuado pelas eventuais imigrações à metrópole, intensificadas a partir do período da borracha, com árabes e judeus, e, em dias recentes, com haitianos e venezuelanos. Outros povos também a permeiam, atuando com suas respectivas línguas. Ainda assim, conforme estudo realizado por Lima & Martins (2018), no que diz respeito às línguas indígenas, muitas delas encontram-se ameaçadas. Durante a pesquisa realizada pelos autores, empregou-se o método de análise proposto pela Unesco para classificar o grau de vulnerabilidade das línguas do mundo (ver Figura 1).

Figura 1: O estado das línguas em risco de desaparecer

Fonte: Unesco apud Lima & Martins (2018).

Figura 2: Situação das línguas indígenas faladas no município de Manaus

	Grau de risco	Transmissão das línguas entre gerações
	Fora de perigo	A língua é falada por todas as gerações; Transmissão intergeracional e ininterrupta
	Vulnerável	A maioria das crianças fala a língua, mas pode ser restrita a certos domínios (casa, cerimônias)
	Definitivamente em perigo	As crianças já não aprendem a língua como língua materna em casa
	Severamente ameaçada	A língua é falada por avós e gerações mais velhas, enquanto as gerações mais novas não falam entre si. Há uma descontinuidade
	Criticamente em perigo	Somente alguns falantes mais idosos falam parcialmente e com pouca frequência
	Extinta	Não há falantes

Fonte: Lima & Martins (2018).

Sendo a cultura e a língua elementos indissociáveis, uma vez efetuada a sua perda, afrouxa-se o caminho para o desaparecimento de uma cultura, pois, com a inserção da língua portuguesa dentro desse cenário, assumindo a posição de língua de contato entre membros de uma comunidade que não a tinha como L1, os ritos e memórias são enfraquecidos, suscitando em transformações, por vezes, irreversíveis – como a extinção do Baré. Mesmo diante desse cenário, ainda assim, pode-se pontuar algumas conquistas quanto aos caminhos para a preservação dessas línguas, como:

1. Adoção oficial de 16 línguas indígenas (Apurinã, Baniwa, Dessana, Kanamari, Marubo, Matis, Matsés, Mawé, Mura, Nheengatu, Tariana, Tikuna, Tukano, Waimiri, Waiwai e Yanomami) mais a Língua Portuguesa como línguas oficiais do estado do Amazonas;
2. A Política de Proteção das Línguas Indígenas (Lei N.º 6.303/2023), que dispõe de diretrizes que garantem “o reconhecimento e a garantia do direito fundamental das pessoas e comunidades indígenas ao pleno uso público da própria língua, dentro ou fora das terras indígenas; a proteção, a promoção, a valorização, o reconhecimento, a difusão e a revitalização das línguas indígenas no Amazonas; o respeito e a proteção da diversidade das línguas indígenas; o reconhecimento da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas; a garantia e a valorização da participação social e do direito de consulta livre, prévia e informada nas discussões entre governo e sociedade civil, relacionadas à formulação e à implementação da Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas”;
3. A tradução da Constituição Federal (1988) para o Nheengatu (“Mundu Sa Tusuru” Waá: Ūbêuwa Mayé Míra Itá Uikú Arâma Purâga Iké Braziu Upé) [2023].

Ainda que inseridas em um cenário de vulnerabilidade, a implementação de políticas linguísticas quanto à conservação e revitalização, seja por meio de projetos efetivados pelo governo, não governamentais ou até mesmo pelos próprios falantes, como o povo Munduruku da TI Kwatá-Laranjal, que,

através do Projeto Ya'ô Ebareg⁷, tem resgatado e ensinado aos mais jovens a importância da valorização da língua ancestral, abrindo caminhos para que a memória perpetue e que as histórias continuem a ser escritas pelo povo que as detém.

Dessa forma, o estado do Amazonas sobressai-se em vias étnico-cultural, não somente por sua diversidade linguística, mas por ter em seu bojo a cidade com o maior quantitativo de pardos (em termos de proporção) do país (Boa Vista do Ramos, com 92,7% da população autodeclarada pertencente a este grupo) e a cidade com a maior quantidade de indígenas do Brasil (Manaus, com 71.713 indígenas). As populações que compõem o Amazonas, sendo elas indígena, preta, amarela e outras, mesclam-se e formam a cultura do maior estado do país, compondo sua identidade regional.

OS INDÍGENAS NA ACADEMIA

Com trajetórias marcadas pela migração, desde o deslocamento forçado aos colégios salesianos assentados na região dos rios Negro e Içana, a saída de seus territórios em virtude de invasões e grilagem até a chegada à cidade, a realidade do sujeito indígena quanto à mudança de cenário em termos de localidade (da aldeia à cidade) ainda perdura, mesmo que, hoje, suas motivações sejam mais diversificadas.

Seja pela continuidade dos estudos (uma vez que nas aldeias os estudos geralmente se estendem apenas ao Ensino Fundamental I) ou pela luta em prol de políticas indigenistas, é notório que as cidades têm se mostrado mais numerosas quanto à presença indígena. Conforme o Censo realizado em 2022, as três cidades com o maior quantitativo de indígenas do Brasil estão localizadas no Amazonas, sendo elas:

Manaus (I)	São Gabriel da Cachoeira (II)	Tabatinga (III)
------------	-------------------------------	-----------------

⁷ Assessoria de Comunicação Social/Funai. **No Amazonas, Projeto Ya'ô Ebareg busca fortalecer a língua Munduruku.** Disponível em: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2019/08/amazonas-projeto-yao-ebareg-busca-fortalecer-lingua-munduruku/>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

71.713	48.256	34.497
--------	--------	--------

Em termos educacionais, quanto à oferta de educação escolar indígena, sua seguridade se dá a partir da Constituição Federal (Art. 210), além da ratificação pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996) e pelo PNE (Plano Nacional de Educação, 2001), permitindo que estudantes indígenas sejam ensinados consoante suas necessidades, tradições e culturas, diferentemente da oferta feita em tempos passados, cujo intuito feria e rasgava o direito a ser e existir, adequando-se forçosamente ao modo de vida não indígena.

No meio acadêmico, a conquista de políticas afirmativas voltadas à educação impulsionou o aumento dos povos originários em universidades brasileiras. Sancionada em 2012, a Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, resguarda que universidades e institutos federais destinem uma porcentagem das vagas de processos seletivos a candidatos pretos, pardos e indígenas. De acordo com o site Quero Bolsa (2020):

Desde a implementação dessa Lei, o número de indígenas no Ensino Superior aumentou 544%. Segundo dados do Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC), em 2012 o número de indígenas matriculados em faculdades e universidades brasileiras era de 8.958, já em 2018 esse número saltou para 57.706⁸.

Ainda assim, o estudante comumente defronta-se com um caminho carregado de obstáculos até a conclusão do curso, em que a língua, em muitas ocasiões, firma-se como uma barreira para os alunos indígenas, fazendo com que muitos se forcem a abandonar a universidade,

⁸ GIORDAN, Isabela. **Como funciona o sistema de cotas raciais no Brasil para indígenas?**. Quero Bolsa. Revista Quero. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/revista/como-funciona-o-sistema-de-cotas-raciais-no-brasil-para-indigenas>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

mesmo que, legalmente, a Constituição Federal previna a educação como um direito a todos (Art. 205).

A Constituição Federal de 1988 prevê a garantia do uso da língua materna no curso do ensino fundamental das escolas indígenas. Mas, e na educação superior? A esse respeito, Amado e Brostolin (2011, p. 4) observam que “vemos o movimento indígena mobilizado em prol da conquista de espaços no ensino superior que se deu justamente a partir dos relevantes avanços do ensino básico. Entretanto, “como fica aquele indígena que teve seu ensino na língua materna e lhe é cobrado o domínio da língua portuguesa, sendo que nem mesmo aquele que tem toda a sua formação a domina?” (2011, p. 9). (Da Silva Coelho; Martins, p. 70, 2021).

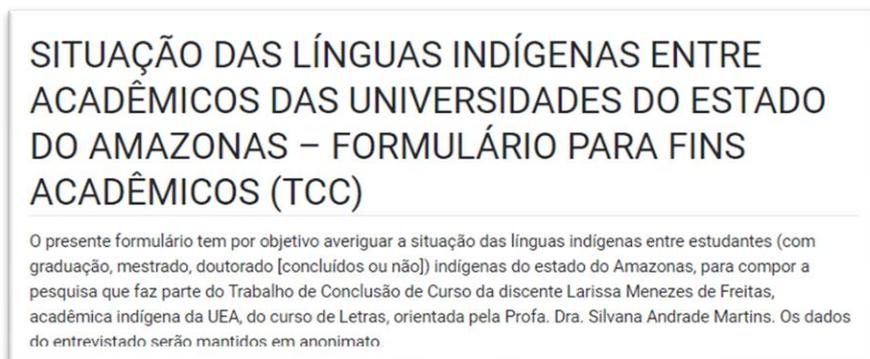
Dessa forma, vê-se que o grande percalço a ser enfrentado não mais diz respeito ao acesso dos povos indígenas na universidade, mas sua permanência, visto que, além da língua, outras dificuldades, como financeira e cultural, ainda são fatores determinantes para a desistência desses acadêmicos no meio universitário. Num processo transformatório, a cultura indígena deve sustentar esse ensino, pois, valorizando-a, os saberes tradicionais atuarão como peças-chave na jornada de autodeterminação dos povos indígenas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa são de natureza descritiva e exploratória, simultaneamente à abordagem quali-quantitativa. Pontua-se que a abordagem pertinente aos sujeitos analisados neste estudo se dá de maneira a considerar suas experiências, vivências e crenças, para que se possa compreender a problemática pautada em sua esfera como um todo. Apresenta-se e examina-se a situação de acadêmicos indígenas do Amazonas sob a perspectiva da etnolinguística, a fim de verificar o cenário linguístico, social e cultural desses estudantes.

Quanto à coleta de dados, realizou-se uma pesquisa via Google Forms (plataforma de formulários do Google). O formulário intitulado

Situação das línguas indígenas entre acadêmicos das universidades do estado do Amazonas - Formulário para fins acadêmicos (TCC) contemplou 21 indivíduos, estes, de faixas etárias entre 17 a 40 anos ou mais.



SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS ENTRE ACADÊMICOS DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DO AMAZONAS – FORMULÁRIO PARA FINS ACADÊMICOS (TCC)

O presente formulário tem por objetivo averiguar a situação das línguas indígenas entre estudantes (com graduação, mestrado, doutorado [concluídos ou não]) indígenas do estado do Amazonas, para compor a pesquisa que faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Larissa Menezes de Freitas, acadêmica indígena da UEA, do curso de Letras, orientada pela Profa. Dra. Silvana Andrade Martins. Os dados do entrevistado serão mantidos em anonimato.

Figura 3: Vista do cabeçalho do formulário utilizado neste estudo
Fonte: Imagem da autora (2023).

A técnica de pesquisa para coleta de dados se deu a partir de perguntas de múltipla escolha e dissertativas; nas perguntas de primeiro cunho, procurou-se delimitar certas questões, como idade, nível acadêmico etc. No que diz respeito às perguntas dissertativas, objetivou-se analisar os dados a partir do comportamento e motivações dos participantes quanto às respostas dadas.

O formulário dividiu-se em algumas categorias, sendo estas: de identificação (idade, etnia, universidade, graduação etc.); e conhecimentos linguísticos, sociais e culturais (conhecimento acerca da língua de sua etnia, local de nascimento, vida escolar etc.). 33 perguntas foram realizadas, alternadas entre obrigatórias e facultativas (que atuaram de modo complementar às obrigatórias). Para a sua execução, presou-se pelo

anonimato daqueles que responderam à pesquisa, resguardando sua identidade. Os resultados alcançados serão exibidos em sequência.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Perfil sociocultural

Em primeiro instante, recolheu-se informações pertinentes ao perfil dos entrevistados, com características diastráticas e linguísticas. Para o primeiro tópico, observaram-se questões, como: idade; universidade; grau acadêmico; tipo de graduação; povo; lugar onde nasceu; quantos anos morou naquele lugar; se saiu (e por qual motivo); onde mora atualmente; seus pais moram com você?; quais familiares moram com você?; e nível de escolaridade dos pais.

- Idade dos entrevistados:

Idade	17 a 22 anos	23 e 28 anos	29 e 34 anos	35 e 40 anos	40+
Indivíduos	Sete (7)	Três (3)	Seis (6)	Dois (2)	Três (3)

- Distribuição dos acadêmicos por universidade:

Universidade	Indivíduos
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Nove (9)
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Três (3)
Instituto Federal do Amazonas (Ifam)	Um (1)
Universidades particulares	Oito (8)

- Grau acadêmico:

Grau acadêmico	Indivíduos
Graduação (cursando)	12
Graduação (concluída)	Dois (2)
Mestrado (cursando)	Cinco (5)
Mestrado (concluído)	Um (1)
Doutorado (cursando)	Um (1)
Doutorado (concluído)	Zero (0)

Quanto aos cursos, sobressaíram-se graduações com enfoque educacional (Educação Física [1], Geografia [1], História [1], Letras [10] e Pedagogia [1]), área da saúde (Enfermagem e Saúde Coletiva) e Direito, além de outros, como Engenharia de Pesca, Administração e Ciências Econômicas. As respostas compactuam com os dados recolhidos pelo jornal digital Poder360 (2021)⁹; os cursos que mais abarcam alunos indígenas, são:

Cursos (presencial e EAD)	Porcentagem
Educação e Saúde e Bem-Estar	52,7%
Direito	10,6%
Pedagogia	21,3%
Administração	7%

⁹ Poder360. **Alunos declarados indígenas no ensino superior aumentam 374%.** Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/04/alunos-indigenas-ensino-superior-abr2023.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2024.

Em relação aos povos, temos a presença de: Baré (5), Kambeba (2), Maraguá (1), Matsés (1), Mayoruna (1), Munduruku (4), Parintintin (1), Piratapuya (1), Sateré-Mawé (2), Tikuna (2) e Tuyuca (1). Dos 21 entrevistados, 16 relataram que precisaram sair de suas cidades/aldeias para migrar, em sua maioria, para a capital. Dos relatos obtidos, grande parte destacou que a necessidade de sair do seu local de origem se deu por conta dos estudos (ingresso na universidade ou continuidade dos estudos escolares) e trabalho. Além disso, apenas um (1) participante mora com os pais, os outros 20 responderam que esses se encontram em aldeias ou interiores do Amazonas.

- Fala correspondente ao tópico sobre migração (aldeia/interior à cidade):

Indivíduo	Fala
Entre 17 e 22 anos	“Migrei para Manaus aos 17 anos, quando passei no vestibular da UEA, me mudei com o objetivo de estudar.” [Origem: Santa Isabel do Rio Negro]
Entre 23 e 28 anos	“Saí da aldeia com o objetivo de estudar.” [Origem: Aldeia Trinta e Um/Vale do Javari]
40+	“Saí para trabalhar e ter oportunidade de estudar.” [Origem: São Gabriel da Cachoeira]

A partir das informações obtidas, constatou-se a realidade de grande parte dos acadêmicos indígenas, que por vezes precisam deixar seu local de origem em busca de oportunidades não apenas no meio educacional, mas também no mundo do trabalho. Em consonância ao número total de participantes, 17 informaram que são os primeiros em suas famílias a ingressarem no ensino superior, com maior deficiência de grau escolar apontado no pai (oito [8] possuem ensino fundamental incompleto); quanto à mãe, quatro (4) não concluíram o ensino

fundamental. Em contrapartida, ao chegarmos a termos de nível superior, os números se invertem, com cinco (5) homens com o ensino superior completo x duas (2) conclusões por parte de mulheres.

Situação linguística alinhada à trajetória escolar e acadêmica

Para a construção da segunda parte da pesquisa, aspectos como: educação escolar bilíngue; valorização da sua origem; autopercepção como indígena; método de ingresso na universidade; identificação de apoio para o ingresso; a língua como barreira; e sua relação com a língua do seu povo em termos de compreensão, leitura, fala e escrita foram postos à luz.

Apenas quatro (4) responderam que a educação escolar foi bilíngue, sendo que um dos entrevistados indicou que a segunda língua ofertada era a língua inglesa (Manaus). Os outros três informaram que o ensino da língua portuguesa somada à língua étnica se deu nas aldeias, sendo estas: Distrito de Yauaretê (Piratapuya, Terra Indígena Alto Rio Negro), Terra Indígena Kwatá-Laranjal (Munduruku, Borba) e Comunidade Vila Betânia-Mecürane (Tikuna, Santo Antônio do Içá).

Quanto à valorização étnica dentro da escola, apenas dois responderam positivamente. Grande parte destacou o preconceito sofrido durante o percurso escolar, salientando que sentiu o reconhecimento de suas raízes étnicas apenas no ensino superior, ainda que, segundo os próprios participantes da pesquisa, alguns aspectos dentro da universidade ainda necessitam de melhora. Além disso, estudantes que foram educados em sua língua materna (que não a portuguesa) relataram dificuldades quanto às disciplinas e outras questões na faculdade.

- Relatos pessoais sobre o ensino escolar:

Indivíduo	Fala em relação à escola
Entre 23 e 28 anos	“Me sentia desvalorizado pelo fato de eu ser

	<p>indígena, foi bem difícil lidar com isso, porque muitas vezes colegas tiravam uma brincadeira me chamando de índio, ainda me mandavam pra pescar.”</p> <p>[Migrou da aldeia para estudar em Manaus]</p>
Entre 17 e 22 anos	<p>“Nem um pouco. Só me senti confortável com as minhas raízes quando fui pra Ufam.”</p> <p>[Nasceu e estudou em Manaus]</p>

- Relatos pessoais sobre o ensino universitário:

Indivíduo	Fala em relação à universidade
40+	<p>“Nem um pouco. Poderia melhorar a entrada de alunos indígenas. A Ufam não tem cotas para indígenas na graduação, nem vestibular específico. O curso de Letras, por exemplo, possui um projeto de ensino de línguas que ensina até japonês, mas nenhuma língua indígena. As provas de idiomas para mestrado e doutorado não aceitam nenhuma língua indígena e os PPC de cursos não apresentam nenhuma literatura que não seja eurocentrada.”</p>
Entre 29 e 34	<p>“Não, poderia ser melhor se um aluno indígena pudesse fazer seus trabalhos acadêmicos na sua própria língua materna, para garantir a sua cultura. Utilizando seus conhecimentos ancestrais.”</p> <p>[Acadêmico cuja língua materna é Tikuna]</p>

Por fim, das línguas indicadas, tem-se: Kambeba (2), Maraguá (1), Mayoruna (1), Munduruku (4), Nheengatu (4), Pano (1), Parintintin (1), Piratapuya (1), Tikuna (2), Tukano (2) e Sateré-Mawé (2). Para averiguar a situação das línguas em relação aos indivíduos da pesquisa, pautou-se: Classifique, de acordo com a escala, o seu nível em relação à língua

indígena do seu povo: **ler, falar, escrever e compreensão**. Abaixo, os resultados.

- Resultados referentes à situação das línguas étnicas dos entrevistados:

LER	FALAR	ESCREVER	COMPREENDER
Pouco = 4	Pouco = 8	Pouco = 6	Pouco = 4
Razoavelmente = 9	Razoavelmente = 6	Razoavelmente = 8	Razoavelmente = 5
Bem = 4	Bem = 3	Bem = 3	Bem = 9
Nada = 4	Nada = 4	Nada = 4	Nada = 3

Apesar de a situação linguística em Manaus apresentar níveis preocupantes quanto à preservação e manutenção dessas línguas indígenas, pôde-se perceber que, entre os acadêmicos, o grau em relação às suas respectivas línguas nos âmbitos verificados foi, em sua maioria, positivo, mesmo que o grau de fluência seja menor, o que, ainda assim, indica uma inclinação à recuperação e prática dessas línguas, corroborando para uma eventual melhora no cenário linguístico da capital amazonense. Quanto às demais localidades do Amazonas, a implementação de políticas públicas alinhadas ao ensino bilíngue tem se mostrado uma alternativa positiva para a continuidade das línguas indígenas, auxiliando na permanência de uma parte primordial da cultura desses povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem mais a tutela do Estado, agora, com sua autonomia resguardada, os povos indígenas, em meio à luta pela conquista de direitos e adesão de políticas públicas, conseguiram progredir em diversas esferas, com participação mais ativa no cenário educacional, social e político.

Entretanto, é necessário pontuar, como antes abordado, que a continuidade dos estudos, bem como a permanência na universidade, ainda se apresenta como um fator a ser superado, uma vez que barreiras linguísticas, culturais e financeiras persistem.

Ainda assim, o estudo se mostrou positivo ao destacar a pluralidade étnico-cultural do Amazonas, sobretudo da capital, expondo que o sujeito indígena não se restringe aos capítulos isolados dos livros de História; sua história e cultura são vivas e os povos que aqui habitam resistem, construindo a identidade do povo do maior estado do país. Suas influências são visíveis na moda (brincos de pena, colar de morototó), culinária (farinha, tucupi), falar (curumim, açaí), utensílios (paneiro, tipiti) etc. O grito ancestral continua a ecoar e ressoa em todos os povos que compõem este país, lembrando-nos que o solo pela população habitada, antes da caravela, foi desbravado pelas mãos pintadas de jenipapo e os rostos tingidos de urucum.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Falares nordestinos: aspectos socioculturais**. Acta Semiotica et Lingvistica (ASEL), João Pessoa (PB), ano 44, v. 25, n. 1, p. 67-81, 2020.

DA SILVA COELHO, Fabíola; ANDRADE MARTINS, Silvana. **Tua língua e a minha língua: a questão linguística dos estudantes Ticunas da Escola Normal Superior da UEA**. Extensão em Revista, [S.l.], n. 8, p. 69-88, nov. 2021. ISSN 2525-5347. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/extensaoemrevista/article/view/2392>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIETRICH, Wolf. **O tronco tupi e as suas famílias de línguas**. Classificação e esboço tipológico. In Noll, Volker & Wolf Dietrich (org.). 2010. O português e o tupi no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

GOMES, Rosilene Campos Magalhães. **Território e línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira-AM**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, A. dos S.; MARTINS, S. A. **A situação das línguas indígenas no município de Manaus**. *Tellus*, [S. l.], v. 18, n. 35, p. p. 139–160, 2018. DOI: 10.20435/tellus.v18i35.483. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/483>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LIMA BARRETO, Evanice Ramos. **Etnolinguística: pressupostos e tarefas**. P@rtes. (São Paulo). Junho de 2010. ISSN 1678-8419. Disponível em: <<https://www.partes.com.br/2010/07/02/etnolinguistica-pressupostos-e-tarefas/>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PÃRÔKUMU, Umusi (Firmiano Arantes Lana) e KEHÍRI, Torãmu (Luiz Gomes Lana). **Antes o mundo não existia: Mitologia dos antigos Desana-Kehíriporã**. Editora Valer, 2021.

PEREIRA, José Carlos. **Educação e cultura no pensamento de Franz Boas**. *Revistas PUC-SP.* ; ponto-e-vírgula, 10: 101-118, 2011.

YAMÃ, Yaguarê; YAGUAKÃG, Elias; REIS, Egídia; JOSÉ, Mário (2021). **Dicionário de estudos de Nheengatu Tradicional**. [S.l.]: Edição do autor.

Recebido em 28/02/2024

Aprovado em 29/12/2024